OS DESAFIOS DO BRASIL NO RANKING INTERNACIONAL DA COMPETITIVIDADE

Piores indicadores da eficiência são a labiríntica estrutura tributária nacional e sua irmã gêmea, a burocracia

Robson Gonçalves

Desde sua origem, a Ciência Econômica destaca a competitividade como um dos fundamentos da "riqueza das nações". Apesar disso, o tema não está livre de polêmica. O próprio conceito de competitividade tem várias definições. Uma das menos controversas é a chamada "competitividade revelada". A ideia é simples: competitivo é o país (ou setor ou empresa) capaz de conquistar e manter participação no mercado. Muito menos sujeita a polêmicas está a discussão sobre os determinantes da competitividade, foco do Indicador Global de Competitividade (GCI – *Global Competitiveness Indicator*) calculado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF – World Economic Forum). A edição 2016-2017 do *Global Competitiveness Report*, publicação oficial do Fórum sobre o tema, reúne informações de 138 países, permitindo comparativos e análises em busca dos tais determinantes da competitividade.

Na edição 2016-2017, o Brasil aparece na 81ª posição do ranking global. Na anterior, o país ocupava a 75ª colocação. A piora relativa do Brasil ocorreu em um contexto de queda mundial dos níveis de produtividade, um dos fundamentos da competitividade e do crescimento sustentado. Refletir sobre as lições que se podem extrair do relatório é de grande relevância no momento atual, quando o ciclo recessivo perde força e o país busca alternativas para a retomada do crescimento.

O que mede o GCI?

Indicadores como o GCI visam mensurar de forma quantitativa a resultante de todo um conjunto de fatores, permitindo comparações entre países, acompanhamentos ao longo

do tempo e análises sobre os fundamentos da competitividade. O relatório do WEF define competitividade como "o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de uma economia". Por sua vez, a produtividade é apontada como o fundamento do crescimento econômico sustentado e, como consequência, da prosperidade material. Ao todo, o GCI sintetiza e combina 114 diferentes indicadores, agrupados em três sub-índices: Condições Básicas, elementos Impulsionadores de Eficiência e Inovação/Sofisticação. Esses subíndices, por sua vez, têm seus próprios componentes (ver figura).

Ao ranquear os países não apenas a partir do índice geral como também por meio dos três subíndices e seus componentes, o estudo permite diagnosticar os potenciais e as insuficiências de cada nação em termos das condições de competitividade. E esse tipo de diagnóstico visa servir de parâmetro para orientar as políticas públicas voltadas ao incremento da produtividade. O estudo do WEF também sugere que diferentes países podem sustentar sua competitividade a partir de combinações específicas dos subíndices e seus componentes. Assim, países menores e menos desenvolvidos podem focar seus esforços em elevar a produtividade por meio da provisão mais adequada de condições básicas, incluindo a melhoria na infraestrutura física e a busca de estabilidade macroeconômica. No outro extremo, países que já dispõem desses elementos e também contam com oferta de mão de obra qualificada e eficiência nos mercados de bens e de trabalho poderiam se voltar a esforços que favorecessem a inovação.

Dado que a maioria dos elementos que compõem o GCI e seus subíndices possuem uma dinâmica de longo prazo, o retrato mostrado pelo relatório 2016-2017 é resultado da evolução das condições de competitividade nos anos anteriores. O relatório do WEF deixa claro que a evolução desses indicadores revela, dentre outros, os efeitos do fim do ciclo de commodities do período 2000-2008, bem como das políticas anticíclicas adotadas após a eclosão da crise financeira global. É nessa perspectiva que surgem importantes lições para o Brasil.

Queda do Brasil da 75ª para a 81ª posição no ranking do GCI reflete a fragilidade da inserção internacional do país

Antes da queda

A queda do Brasil da 75ª para a 81ª posição no ranking do GCI reflete a fragilidade da inserção internacional do país. No período 2000-2008, quando a economia chinesa crescia a taxas de dois dígitos, os preços das commodities se encontravam nas alturas e o dólar americano perdia valor frente a quase todas as principais moedas do mundo, o Brasil viveu um período de expansão de sua presença nos mercados mundiais. Tanto os ingressos de capital estrangeiro quanto as exportações cresceram de forma expressiva e, ao final do período, o crescimento econômico acelerou, chegando a 6% em 2007. Em paralelo, os níveis de desigualdade social diminuíram e a estabilidade macroeconômica foi mantida. De forma contraditória, o país manteve diversos elementos de fragilidade em termos de competitividade, com destaque para a burocracia, a estrutura tributária e a rigidez no mercado de trabalho. Dentre os elementos mais tangíveis, persis-tiu o déficit de infraestrutura, estimado por diferentes instituições como a Abdib – Associação Brasileira da Indústria de Base em cerca de US$ 500 bilhões, aos quais devem-se acrescentar cerca de US$ 26 bilhões a cada ano para manter as condições básicas de operação da economia.

Após a eclosão da crise global em 2008, a queda acentuada dos preços das commodities e as dificuldades de aceleração no crescimento das gran-

Global Competitiveness Index – conceito, subíndices e componentes

Posição relativa do Brasil segundo subíndices do GCI e seus componentes (total de 138 países)

Condições Básicas		Impulsionadores de Eficiência		Sofisticação/Inovação	
Instituições	120	Educação superior e qualificação	84	Sofisticação dos negócios	63
Infraestrutura	72	Eficiência no mercado de bens	128	Inovação	100
Condições macroeconômicas	126	Eficiência no mercado de trabalho	117		
Saúde e educação básicas	99	Desenvolvimento financeiro	93		
		Acesso à tecnologia	59		
		Tamanho do mercado	8		

des economias, com destaque para a União Europeia, inaugurou-se a era das políticas anticíclicas. Estas incluem desde o *quantitative easy* (política monetária de recompra de títulos em larga escala), praticado nos EUA e na Europa, até a aceleração dos gastos fiscais, típica do caso brasileiro.

O estudo do WEF destaca que essas políticas se mostraram incapazes de garantir condições adequadas à sustentação do crescimento, tanto nos países avançados quanto nas economias emergentes. E isso em razão de seu descasamento com a melhoria dos fundamentos da competitividade. Assim, com o benefício da visão em retrospectiva, fica evidente o equívoco dessas medidas excessivamente concentradas na recuperação do nível de atividade a curto prazo. A queda do país no ranking global era, portanto, mais do que esperada.

Lições para o Brasil

A análise detalhada do índice brasileiro de competitividade estimado pelo WEF revela múltiplas fragilidades. Por um lado, isso demonstra o quanto o boom das commodities e as políticas de estímulo à demanda deixaram uma herança pesada. Mas, por outro, deixa aberta uma ampla agenda, a qual pode ser abordada com diferentes ênfases.

Políticas anticíclicas mostraram-se incapazes de garantir condições adequadas à sustentação do crescimento

A melhoria na oferta de mão de obra qualificada, por exemplo, é um elemento cujo ajuste só acontece no longo prazo. Da mesma forma, a adequação da oferta de infraestrutura também exige tempo. Ambas as questões merecem atenção contínua, mas não são as vias de menor resistência para a melhoria da competitividade do país no médio prazo.

A atual crise política, apesar de todos os seus males, tem colocado em questão a solidez de nossas instituições democráticas. Um cenário possível e desejável é que, no futuro próximo, seja possível reduzir os níveis de corrupção, adotando-se medidas de transparência e compliance que promovam a melhoria das instituições básicas no país. Ao mesmo tempo, apesar dos muitos percalços, a defesa da estabilidade macro é outro elemento que está novamente em evidência. Em suma, é possível identificar o embrião de alguns avanços no campo das Condições Básicas de competitividade. Em paralelo, a reforma trabalhista, apesar de incompleta, também contribuiu com um dos elementos Impulsionadores da Eficiência, aproximando o país do padrão internacional.

Apesar disso, restam grandes fragilidades associadas à eficiência no mercado de bens, responsáveis pelos piores indicadores do país: a labiríntica estrutura tributária brasileira e sua irmã gêmea, a burocracia. As dificuldades nesse campo são conhecidas. No entanto, dada a gravidade do quadro fiscal de muitos dos entes da Federação, abre-se uma janela de oportunidade para uma reforma que faça da estrutura tributária não apenas um instrumento de arrecadação, mas, sobretudo, um fator de competitividade. Infelizmente, em razão, dentre outras, do cenário político, iniciativas concretas de reforma tributária e de redução da burocracia estão fora do horizonte visível.

Em síntese: a competitividade é uma obra coletiva e que dá frutos depois de um longo e trabalhoso cultivo. Lamentavelmente não estamos plantando hoje a recuperação da produtividade que desejamos colher no futuro. Com isso, nos próximos anos, não se pode esperar que o crescimento sustentado seja uma das marcas do ambiente econômico brasileiro.